



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

JOSÉ CAHOJE TXINENE MALANGA

**A INGERÊNCIA EXTERNA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE
ANGOLA: APOIO DAS SUPERPOTÊNCIAS NOS MOVIMENTOS
INDEPENDENTISTAS (1961-1974).**

**REDENÇÃO - CE
2020**

JOSÉ CAHOJE TXINENE MALANGA

**A INGERÊNCIA EXTERNA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE
ANGOLA: APOIO DAS SUPERPOTÊNCIAS NOS MOVIMENTOS
INDEPENDENTISTAS (1961-1974).**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes
(Orientador / IH UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Michelle Cirne Ilges
(Examinadora / IH UNILAB)

Prof.^o Dr.^o Carlos Subuhana
(Examinador / IH UNILAB)

REDENÇÃO – CE
2020

Dedico este projeto primeiramente em memória do meu falecido pai, meu eterno mestre e o maior educador que a vida me proporcionou. Em seguida dedico a minha família em geral pelo apoio carinho e motivação, sem eles não existiria eu.

AGRADECIMENTOS

Gratifico primeiramente a Deus pela dádiva da vida, por me brindar com forças para vencer cada obstáculo que surge no meu caminho; Gratidão também à minha família, em especial minha querida mãe, por acreditarem em meu sucesso e juntos superarmos tantos desafios;

Aos amigos de sala de aula que se tornaram a família na *humanidade*, em especial, ao Adilson Astro, Adilson Coragem, Abel, Sabino, Eugênio, e Fred, por terem me apoiado, incentivado inúmeras vezes para não desistir, acreditando na minha capacidade, muito obrigado a todos;

À minha banca, pela leitura cuidadosa e suas contribuições, e principalmente ao meu querido orientador prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes, pela atenção, compreensão e paciência.

Enfim, muito obrigado a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização deste projeto de pesquisa.

RESUMO

Com o objetivo de compreender A Ingerência Externa no Processo de Independência de Angola e o Apoio das Superpotências nos Movimentos Independentistas (1961-1974), esta pesquisa parte de uma investigação bibliográfica e descritiva, com a finalidade de examinar o apoio das superpotências em Angola no período estudado e identificar os países envolvidos no processo de independência, assim como também, através de análise e descrição apontar as consequências da ingerência externa. O termo ingerência (LIMA 2008) pouco utilizado devido aos seus sinônimos, será utilizado neste projeto afim de descrever como uma nação impõe a sua vontade sobre a outra. Desta forma, devemos entender este ato como ilegal devido ao caos protagonizado nesta relação. Sendo assim, esta ingerência externa desencadeou uma série de tensões por parte dos movimentos de libertação, posteriormente culminando com um conflito armado entre os movimentos. Outros conceitos como a Etnicidade (POUTIGNAT; STREIFF-FENART 1997), Colonização (HENRIQUES 2014) e Imperialismo (LÊNIN 2011; UZOIGWE 2010) também serão utilizados na pesquisa, afim de apresentar uma reflexão interdisciplinar sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Angola. Movimentos Independentistas. Superpotências. Independência. Interdisciplinar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	9
3. JUSTIFICATIVA.....	10
4. PROBLEMA.....	11
5. OBJETIVOS.....	12
5.1 GERAL.....	12
5.2 ESPECÍFICOS.....	12
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
7. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
7.1 O APOIO EXTERNO AOS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTA.....	23
7.2 CONSEQUÊNCIA DA INGERÊNCIA EXTERNA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA.....	27
8. METODOLOGIA.....	30
9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA.....	32

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa busca trazer uma análise, e procura compreender o impacto da Ingerência Externa no processo de independência de Angola, visto que tão logo se proclamou a independência, Angola mergulhou em uma sangrenta e longa guerra civil. “A história do moderno processo revolucionário de Angola nunca será fielmente escrita, a maior parte dessa história encontra-se escondida em registros administrativos e policiais e nem se quer aí se encontra tudo” (WHEELER; PÉLISSER 2011, p233). De facto a uma grande lacuna na abordagem da história de Angola, por este motivo elaboramos este trabalho afim de dar uma descrição viável das ocorrências no processo de independência de Angola.

Angola, oficialmente conhecida como República de Angola, é um país da costa ocidental da África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. Para além dos vizinhos já mencionados, Angola é o país mais próximo da colónia britânica de Santa Helena. A superfície terrestre de Angola é de 1 246 700 km².

Angola, localizada na África Austral, passou por um longo período de conflitos armados, que teve início com a luta contra o colonialismo português, após a sua independência em 1975, quando os movimentos nacionalistas pró-independência passaram a lutar entre si pelo controle político do país, devido à falta de consenso e o interesse pelo poder, e por outro lado devido às influências das forças externas que os apoiaram, este conflito que perdurou até o ano de 2002.

Segundo Silva (2018) as décadas de 50 e 60 do século XX foram um marco no que tange ao processo de descolonização da África, depois da segunda Guerra Mundial e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Todavia podemos constar que nas últimas décadas deste século foram mais de cinquenta colônias que se tornaram nações independentes, mas o rigor do regime de Salazar em Portugal barrou todas as tentativas de independência das colônias portuguesas. Com o término da ditadura em Portugal em 25 de abril de 1974, o sonho das colônias portuguesas de conseguir a independência se

torna realidade, a partir daí surgem as premissas para luta de libertação, as colônias portuguesas começam a despertar.

De acordo com Cascudo (1979), nas décadas de 50 e 60, surgiram, em Angola, vários movimentos de libertação nacional, sob as mais diversas siglas, mas com o passar do tempo, ocorreram transformações e alguns movimentos mudaram de nome ou se fundiram, dando origem a novas siglas. Entretanto, antes da eclosão das revoltas, em 1961, encontravam-se distintamente ativos vários partidos ou grupos políticos. Todos os movimentos cujo objetivo manifesto consistia em pôr fim ao domínio português em Angola eram oficialmente proibidos e perseguidos pela polícia colonial portuguesa.

Todavia segundo Canêdo (1985), depois do término da segunda Guerra mundial em 1945, e com a instabilidade causada por este grande conflito no mundo inteiro, emergiram duas grandes potências vencedoras com ideologias diferentes no mundo, os Estados Unidos e União Soviética. Essas que por sua vez passaram a representar, através de suas ideias, o capitalismo, como sinônimo de democracia e liberdade, e o socialismo, como sinônimo de instrumento de luta pela libertação dos povos e classes historicamente oprimidas. O apoio destas superpotências para os movimentos de libertação nacional em África contra o jugo colonial foi de grande importância e destaque. Assim como também a ingerência protagonizada pelos Estados Unidos e União Soviética em Angola teve graves consequências, uma vez que, cada potência apoiava um movimento específico de libertação, tão logo o país conquista a independência, surge o conflito interno pela luta de poder, fortificada através da ingerência das superpotências mundiais EUA e URSS.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Este projeto de pesquisa terá como foco o processo de independência de Angola. Oficialmente conhecida como República de Angola, é um país da costa ocidental da África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo.

Segundo Wheeler; Pélisser (2011) Angola, antiga colônia ultramarina portuguesa, conquistou a sua independência em 1975. Resultado de um processo de luta de libertação nacional que teve início em 4 de fevereiro de 1961, e se intensificou até o ano de 1974, culminando assim com os acontecimentos militares e políticos que ocorreram em Portugal, aquando da Revolução de 25 de Abril do mesmo ano. Razão pela qual o nosso tema de pesquisa “A Ingerência Externa no Processo de Independência de Angola: Apoio das Superpotências nos Movimentos Independentistas (1961-1974)”, assume essa delimitação temporária, afim, de manter o foco direcionado no período indicado, destacando assim através de levantamento bibliográfico, uma análise descritiva sobre as principais ocorrências que se deram nos anos de 1961 a 1974, em Angola.

Este projeto de pesquisa embora tenha esta delimitação temporária utilizará uma temporalidade maior a fim de destacar e aprofundar sobre o impacto e as devidas consequências da ingerência externa por parte das superpotências.

3. JUSTIFICATIVA

O interesse em realizar este projeto de pesquisa surgiu devido a uma obsessão que eu carrego desde pequeno, por ser angolano e por conviver o tempo todo com parentes que são antigos combatentes, a história de Angola, desperta em mim um grande fascínio, devido às histórias que ouço desde pequeno contadas pelo meu falecido tio que foi um antigo combatente angolano. Porém desde cedo, ouço sempre informações dizendo que a história de Angola, sofreu alterações relativamente aos acontecimentos envolvendo os movimentos de libertação, e é geralmente mal relatada, por conta da falta de informação sobre os acontecimentos e também devido a influência do movimento de libertação vencedor da guerra, ao relatar a história, principalmente o processo de independência. Nesta vertente, pretendemos realizar este trabalho afim de contribuir para futuras pesquisas relacionadas ao processo de independência de Angola e das relações internacionais, no processo de independência de Angola.

No âmbito acadêmico, este trabalho desperta uma grande relação interdisciplinar entre ciências humanas e sociais tais, como História, Sociologia e Antropologia e Relações Internacionais. E eu como aluno angolano, estudante do curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, quero me munir e discutir com conceitos de vários autores que abordam sobre o assunto, a fim de trazer uma análise científica e apresentar o meu parecer sobre o tema.

Como estudante africano em uma universidade brasileira, com políticas afirmativas e de integração, o convívio acadêmico proporcionado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), também serve de grande suporte, tendo em conta que as grandes temáticas abordadas em sala de aula, visando a abordagem e descrição do colonialismo e do imperialismo português, proporciona um senso crítico e refletivo na comunidade estudantil. Sendo assim este projeto é de grande importância também para o público acadêmico da UNILAB, retratando de forma concisa uma temática muito pertinente e apreciada pela comunidade estudantil, enfatizando a interdisciplinaridade e a integração.

Outro fator que me motivou ao desenvolvimento do presente projeto foram as leituras que eu faço nos materiais acadêmicos e nos livros de história de Angola, com destaque a obra de Douglas Wheeler e René Pélissier (2011), intitulada História de Angola, esta obra será de grande importância para fundamentação teórica do texto, já que os autores abordam a história de Angola de uma forma geral, da constituição do território, dos povos e dos estados até ao seu período pós-independência. E com o auxílio da obra de Letícia Bicalho Canêdo (2009), intitulada A Descolonização da Ásia e da África, realizarei um projeto que visa contribuir para o registro formal da história da independência de Angola.

4. PROBLEMÁTICA

O ano de 1961 foi de ajuste de contas em Angola, o ponto central da história da luta anticolonial angolana. Despertaria os portugueses da sua letargia e dos seus sonhos, acordaria as esperanças não concretizadas dos africanos e daria a conhecer os horrores da guerra e da repressão a todo um grupo étnico, os bacongos, e a uma grande parte dos seus vizinhos, os quimbundos, bem como a outros quadros intelectuais angolanos. Para os portugueses marcou o final da tranquilidade colonial; para os africanos, o início de uma provação. Para todos, foi o ano do terror (WHEELER; PÉLISSER, 2011). Tendo em conta este cenário a guerra de independência de Angola, também conhecida como a luta armada de libertação nacional, foi um conflito armado entre as forças independentistas de Angola tais como, Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) anteriormente conhecido como União das Populações do Norte de Angola (UPA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), contra o regime colonialista português.

O processo de independência de Angola foi um dos mais complexos e violentos, pois, o seu colonizador não quis abrir mão daquela que era considerada a colônia mais rica e produtiva¹. Entretanto, em 1945 após o final da segunda Guerra Mundial, que culminou com a perda de algumas potências europeias, fez com que a Europa perdesse a

¹ Segundo Chagastelles (1998) as demais colônias portuguesas não menos importantes em África neste período foram Cabo Verde (conquistando a sua independência em 5 de julho de 1975), Guiné Bissau (conquistando a sua independência em 10 de setembro de 1974), Moçambique (conquistando a sua independência em 25 de junho de 1975), São Tomé e Príncipe (conquistando a sua independência em 12 de julho de 1975). E posteriormente no continente asiático Timor-Leste (conquistando a sua independência em 28 de novembro de 1975).

sua hegemonia no poder central do mundo. Com isso surge a reafirmação de duas grandes potências mundiais. E assim, o mundo encontrava-se dividido em dois grandes blocos, por um lado a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), e por outro os Estados Unidos da América (EUA), o conflito ideológico entre estas duas superpotências vai ser determinante para a fomentação e apoio aos movimentos independentistas de Angola e da África em geral.

A Independência de Angola deu-se no dia 11 de novembro de 1975, quando o então primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto (1922-1979), proclamou a independência, tendo como apoio e fiscalização uma delegação de Portugal. Logo depois da declaração da independência iniciou-se a Guerra Civil Angolana entre os três movimentos, uma vez que a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e, sobretudo, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) não se conformaram nem com a sua derrota militar nem com a sua exclusão do sistema político.

Deste modo tem-se como pergunta de pesquisa – “Como as superpotências contribuíram para independência de Angola? E quais as consequências? ”.

5. OBJETIVOS

5.1.GERAL

Neste projeto de caráter científico, tem se como objetivo geral:

- Compreender a história colonial de Angola e o impacto da ingerência externa no seu processo de independência.

5.2. ESPECÍFICOS

- Examinar o apoio das superpotências em Angola no período estudado e identificar os países envolvidos;
- Apontar as consequências da ingerência externa;
- Identificar o impacto interno no processo de independência.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É o papel da História aprofundar e destacar a colonização e a descolonização, assim como também é responsabilidade da Antropologia abordar a etnicidade e narrar a constituição dos grupos étnicos de Angola, e concomitantemente é o dever das Relações Internacionais como um campo de pesquisa retratar sobre a ingerência externa advinda das superpotências na fomentação do conflito anticolonial. Deste modo, o nosso projeto de pesquisa trará uma abordagem interdisciplinar afim de descrever os principais aspectos norteadores da temática.

Em conformidade com Dicionário infopédia da Língua Portuguesa a ingerência é a ação de ingerir, de intervir, buscando influenciar algo, o substantivo ingerência tem vários usos. O termo também pode significar a intervenção de uma coisa sobre outra, introduzir uma palavra ou frase em uma escrita ou intrometer-se em assuntos alheios. Entretanto, o uso mais comum deste substantivo se refere à ideia de intervenção de um país nos assuntos do outro, tendo em conta este conceito a ingerência é um termo frequentemente utilizado nas relações internacionais e políticas. Dessa forma, podemos então ter noção do contexto que o termo ingerência nos apresenta.

Para uma melhor compreensão, a autora Bárbara Lima (2008) diz nos que:

Francamente desconhecida antes de 1988, a expressão *droit d'ingérence* (direito de ingerência) tornou-se centro de um intenso debate sobre o papel do Estado no cenário internacional e seus atributos jurídicos e as ações em torno dos direitos humanos. Os autores confluem ao apontar que tal enunciado foi criado pelo filósofo e jornalista francês Jean-François Revel (1924-2006), influenciado pela tragédia da guerra em Biafra (1967-1970). Em 1987, dos esforços do jurista italiano Mario Bettati, do médico francês Bernard Kouchner, um dos fundadores da ONG *Médicins sans frontières* (Médicos sem fronteira) e ex-Ministro de Estado francês, o termo ganhou notoriedade internacional e o status de conceito, prevendo o socorro às vítimas e refugiados de conflitos violentos. (LIMA 2008, p.100).

Todavia, de acordo com Bettati (1997) *apud* Bárbara; Lima (2008), o autor define a existência de três formas materiais de direito de ingerência, a saber: “a ingerência caritativa (1968-1988)” que na época implantada se baseava no destaque e na assistência prestada por Igrejas Cristãs, cujo objetivo principal era de salvar almas para Deus; a “ingerência forçada” e a “ingerência dissuasora” iniciadas pela Organização das Nações Unidas em prol de vítimas de desastres naturais e refugiados, mas sem ação militar através

de medidas diplomáticas; e. Haveria antes delas uma forma preliminar, a ingerência imaterial (1948-1968)”. Antes disso, o autor ressalta que indivíduos se encontravam sob domínio exclusivo do Estado e qualquer delito cabia à “competência nacional” sem a menor chance de interferência estrangeira.

O termo ingerência pouco utilizado devido aos seus sinônimos, será utilizado neste projeto afim de descrever como uma nação impõe a sua vontade sobre a outra, sendo assim devemos entender este ato como ilegal devido ao caos protagonizado nesta relação, o imperialismo², o colonialismo e as várias formas de imposição da lei do mais forte são abordagens que se impõe a este princípio.

As últimas décadas do século XX em África foram décadas de transição, pois, a maior parte dos países africanos alcançava a sua independência³, muitos ainda sendo um processo brusco devido as lutas armadas e falta de preparação para o governo pós-Independência, dependeram da interferência de potências externas nos assuntos governamentais. Ingerência esta, que ocasionou o caos devido às influencias ideológicas adotadas pelos partidos de libertação. De acordo com a autora Letícia Bicalho Canêdo:

A descolonização será caracterizada pelas aspirações de independência dos povos submetidos, influenciados pelos conflitos de ordem ideológica e político-militar entre capitalismo e socialismo, pelo declínio dos países europeus como potências imperialistas, pela ascensão da hegemonia norte-americana e pela ausência ou presença de conteúdo social nas independências. (CANÊDO 1985, p. 42)

²Segundo Lênin (2011) o imperialismo é compreendido como uma superestrutura do capitalismo monopolista, forma política de dominação do capital financeiro sobre a sociedade burguesa. Nesta perspectiva Uzoigwe (2010) enfatiza que, “[...] o imperialismo seria, portanto, um egoísmo nacional coletivo: a disposição, desprovida de objetivos, que um Estado manifesta de expandir-se ilimitadamente pela força”. (UZOIGWE 2010, p.26).

³ Benim 1 de agosto de 1960; Burkina Faso 5 de agosto de 1960; Burundi 1 de julho de 1962; Argélia 3 de julho de 1962; Botswana 30 de setembro de 1966; Cabo Verde 5 de julho de 1975; Angola 11 de novembro de 1975; Camarões 1 de janeiro de 1960; República Centro-Africana 13 de agosto de 1958; Chade 11 de agosto de 1960; Comores 6 de julho de 1975; República Democrática do Congo 30 de junho de 1960; República do Congo 15 de agosto de 1960; Costa do Marfim 7 de agosto de 1960; Djibouti 27 de junho de 1977; Eritreia 24 de março de 1993; Gabão 17 de agosto de 1960; Gâmbia 18 de fevereiro de 1960; Gana 6 de março de 1957; Guiné 2 de outubro de 1958; Guiné-Bissau 10 de setembro de 1974; Guiné Equatorial 12 de outubro de 1968; Quênia 12 de dezembro de 1963; Lesoto 4 de setembro de 1966; Libéria 26 de julho de 1847; Líbia 24 de dezembro de 1951; Madagascar 26 de junho de 1960; Malawi 6 de julho de 1964; Mali 22 de setembro de 1960; Mauritânia 28 de novembro de 1960; Maurícia 12 de março de 1968; Moçambique 25 de junho de 1975; Namíbia 21 de março de 1990; Níger 3 de agosto de 1960; Nigéria 1 de janeiro de 1960; Ruanda 1 de julho de 1962; São Tomé e Príncipe 12 de julho de 1975; Senegal 20 de agosto de 1960; Serra Leoa 27 de abril de 1961; Seicheles 29 de junho de 1976; Somália 26 de junho de 1960; Suazilândia 6 de setembro de 1968; Sudão 1 de janeiro de 1956; Tanzânia 9 de dezembro de 1961; Togo 27 de abril de 1960; Tunísia 20 de março de 1956; Uganda 9 de outubro de 1962; Zâmbia 24 de outubro de 1964; Zimbabwe 18 de abril de 1980. (WIKIPÉDIA, 2019)

Partindo deste pressuposto, na compreensão do conceito de nacionalismo africano segundo Boahen (2010), podemos compreender que “foi o colonialismo que deu origem ao nacionalismo africano, produto da colera, do ressentimento, da amargura, da frustração e da alienação que o sistema colonial engendrou” (BOAHEN 2010 p.949). Na qual se constata por parte dos nativos africanos a reivindicação das colônias como estados independentes, e esta aspiração parecia justificar-se tendo em conta que os povos se encontravam sob um governo no qual não se reviam, uma liderança proveniente da metrópole que excluía os privilégios dos nativos.

Logo para compreendemos o anticolonialismo, de acordo com Boahen (2010), acreditasse que o anticolonialismo como nacionalismo africano, é um movimento para expulsar os estrangeiros e restaurar a independência nacional dos países colonizados. Todavia, os autores Jean Suret-Canale e A. Adu Boahen (2010), apontam que

Foi no curso da década imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial que o nacionalismo ou o anticolonialismo africano atingiu o seu apogeu, em razão de certo número de fatores. O primeiro, consistiu-se em efeito da guerra, ela própria, e na decepção gerada pela atitude do governo britânico diante da Carta do Atlântico. O segundo fator, o qual não somente contribuiu para um forte impulso nas atividades nacionalistas, mas, igualmente, radicalizou-as especialmente na África Ocidental britânica, foi o Congresso Pan-africano, organizado em Manchester, no ano de 1945. (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010 p.196)

7. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em conformidade com Wheeler; Péliasser (2011)

Angola situa-se na África Central Ocidental, a sul da Linha do Equador. O seu território estende-se entre os 5 e os 18 graus de latitude sul e entre os 12 e 24 graus de longitude a leste de Greenwich. A topografia de Angola pode ser dividida em três zonas principais, de Oeste para leste, em direção ao interior. Primeiro, há uma região costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 quilômetros no seu ponto mais largo, que abrange quase toda a faixa longitudinal do país desde o extremo norte, junto à foz do rio Congo, até ao extremo sul. A seguir, encontramos uma faixa estreita de sub planalto que se eleva de 300 a mil metros de altitude. A zona mais oriental, um verdadeiro planalto, eleva-se numa série de mesetas com uma altitude entre 1200 e 2100 metros, aproximadamente (WHEELER; PÉLISSER 2011, p.25-26).

Porém, Angola é um país que possui vários recursos naturais, como grandes reservas de minerais e de petróleo e, desde 1990, sua economia tem apresentado taxas de crescimento que estão entre as maiores do mundo, especialmente depois do fim da guerra civil. No parágrafo posterior abordaremos sobre os principais grupos étnicos de Angola assim como também as suas localizações no território e a origem dos reinos no território que constitui hoje a atual Angola.

Para compreendermos a amplitude dos grupos étnicos é importante destacar o conceito de “etnicidade”. Em conformidade com Poutignat; Streiff-fenart (1997) observamos que “a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição

categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART 1997, p.141). Todavia segundo um artigo online da Editorial Que Conceito⁴, vimos que, o conceito de grupos étnicos é utilizado nas ciências sociais para referir-se aos vários conjuntos de pessoas que são os responsáveis pelos seres humanos apresentarem notáveis diferenças entre si, não apenas por seus traços físicos (por exemplo, pela cor de pele, dos olhos, tipo de cabelo, estrutura física), mas também a nível cultural (por exemplo, as práticas religiosas, a forma de organização social, as atividades econômicas, etc.). E concomitantemente iremos compreender a dimensão do conceito no parágrafo que se segue.

Angola é um país com uma grande diversidade étnica, com isso o país é composto por grupos de cultura, hábitos e línguas distintas. Em conformidade com Zau(2002) observasse que cada grupo etnolinguístico é caracterizado por um conjunto de valores, onde se reconhecem semelhanças entre os diferentes grupos, detectáveis na estrutura sócio-política e na identificação de idiomas com a mesma origem, conseqüentemente, resultaram desse processo os seguintes grupos etnolinguísticos no seio da atual população de Angola: Bakongo, Ambundo, Lunda-Quioco, Ovimbundu, Ganguela, Nhaneka-Humbe, Ovambo, Herero e Okavambo, todos de origem Bantu, distribuindo-se cada um destes conjuntos em vários subgrupos. Em Angola para além destes grupos étnicos encontramos um outro grupo étnico não bantu o povo Khoisan, estes que por sua vez habitaram o território antes da invasão dos povos bantu. Segundo Vansina (2010) historicamente acredita-se que os primeiros povos habitantes da região que hoje é a atual Angola tenham sido caçadores e coletores, os Khoisan, cujos restos datam da idade da pedra.

De acordo com Wheeler; Péliasser (2011), podemos constatar que os primeiros grupos etnolinguísticos entre os povos angolanos são os seguintes: os bakongo, os quimbundo, os ovimbundos os lunda-quioco, os nganguela, os nyaneke-humbe, os herero e os ambo. É importante destacar que geralmente ao escrever ou pronunciar o nome destes grupos étnicos pode ter uma variação ou mudança de termos tendo em conta que têm as suas origens em línguas nativas bantu, ao serem utilizados pelos portugueses os nomes

⁴ EDITORIAL, Q. Editorial QueConceito.. **QueConceito**, 2005. Disponível em: <<https://queconceito.com.br/grupos-etnicos>>. Acesso em: 20 Dezembro 2019.

sofreram algumas alterações gramáticas. Todavia Wheeler; Pélisser (2011) apresentam também a distribuição destes grupos étnicos no território de Angola destacando assim:

Os bacongo, que falam o quicongo, são o povo que se encontra mais a norte, no enclave de Cabinda e nas regiões do noroeste de Angola, [...] os povos quimbundo, de língua quimbundo, estão localizados sobretudo na área de Luanda e no baixo vale do Cuanza. [...] os ovimbundo, residiam nos planaltos centrais de Angola. Constituem o grupo cultural mais numeroso desta sociedade plural, mais de 1,7 milhões de pessoas [...] os lunda-quioco, com uma população de mais de 500 mil pessoas, vivem no nordeste de Angola, [...] os povos nganguela (a que os portugueses chamavam ganguela), cuja população se estimava, nos anos 60, em cerca de 350 mil indivíduos, foram apanhados entre os ovimbundo e os quioco-lunda, que dividiram algumas das terras nativas dos nganguela. [...] o povo nyaneka-humbe conta com cerca de 150 mil indivíduos. Ao contrário de muitos dos seus vizinhos do Norte, este povo sempre tendeu a resistir às influências exteriores. Vivem na região do planalto de Humpata, no distrito de Huíla e no vale Cunene. [...] o povo migratório herero, do sudoeste de Angola, conta com mais de 20 mil indivíduos e vive nas planícies áridas. [...] o povo ambo é um pequeno grupo, contando apenas com 60 mil indivíduos que habitam as planícies secas a leste de Cunene. (WHEELER; PÉLISSER 2011, p.32-35)

É importante assim debruçar que a diversidade cultural, social e étnica do povo angolano é extensa, tendo diferentes grupos étnicos sendo na sua quase totalidade de origem bantu. De acordo com Zau (2002) “A designação bantu é atribuída à quase maioria da população fixada ao sul do Equador e usada em relação a todos os povos cujas línguas utilizam a raiz *ntu* para designar homem e cujo plural é exatamente a palavra *bantu*” (ZAU 2002, p55). Segundo Rosa Cruz e Silva *apud* Zau (2002) observou-se que os Bantu, vindos da região dos Camarões, progrediram lentamente pela África central, oriental e austral. Visto que a migração destes primeiros agricultores, no espaço de Angola, tomou três direções sendo elas: pelo Norte, descendo os rios e a costa, atravessando o Baixo Zaire; pelo oriente e pelo Nordeste, ao longo do Zambeze e do Planalto do Catanga e, finalmente, pelo Sul, desde o norte do Calahari até às terras do sudoeste de Angola. Esta movimentação decorreu ao longo de muitos séculos, acabando por ir dando corpo às diferentes etnias que se distribuem pelo território.

A movimentação do povo bantu nos anos 1000, pela África Austral deu origem assim a grandes assentamentos populacionais na sua maioria de agricultores, que vivem também da pesca e caça, para muitos destes primeiros caçadores, Angola tornou-se uma escola de cultivo e criação de gado. Com o passar do tempo estes pequenos assentamentos deram origem a reinos emergentes, pela implantação num dado conjunto de aldeias, de um poder centralizado na posse de um chefe de linhagem, detentor do poder econômico

e prestígio conquistados, reunindo à sua volta um grupo de súditos leais que o respeitava e aconselhava.

De acordo com Zau (2002) observamos que a fundação de cada um dos reinos no território de Angola ocorre em épocas completamente distintas, como exemplo “[...] enquanto o reino do Ndongo procurava preservar a sua unidade política no século XVI, o reino do Kongo estabelecia com Portugal um intercâmbio comercial e cultural vantajoso, que só, posteriormente, no século XVII, se veio a desmoronar. Mas neste período, ainda o reino da Lunda estava longe de se edificar” (ZAU 2002, p39). Bem podemos assim observar que a constituição e organização dos mesmos não seguia uma sequência temporária estabelecida.

Logo, segundo Wheeler; PéliSSer (2011), é possível que o primeiro reino bantu de Angola a se formar e a definir a sua civilização tenha sido o reino do Congo, fundado no século XIV, localizando-se no baixo-Congo, com a sua capital Mbanza-Congo, a sul do rio. Este que por sua vez, foi um dos maiores reinos de Angola, que se estendia para além das fronteiras do atual território de Angola, e que durante o seu apogeu ostentava uma grande riqueza material e natural. O rei era denominado como Mani Congo (senhor do Congo), e pelo seu poder hegemônico e absoluto dividiu e organizou o reino em 6 províncias.

Outro grande reino de destaque é o reino do Ndongo, originários da África Central, os líderes do Ndongo fundaram este pequeno Reino por volta do ano 1500, este que por sua vez encontrava-se a norte do rio Cuanza. Wheeler; PéliSSer apontam que:

Imediatamente a sul do reino do Congo ficava o reino quimbundo do Ndongo. O rei do Ndongo chamava-se N’Gola, origem da palavra <Angola>, tal como veio a ser cunhada pelos portugueses. O reino do Ndongo, tal como os portugueses o encontraram no século XVI, era de origem mais recente do que o estado do Congo (WHEELER; PÉLISSER 2011, p52).

Consequentemente, outro conceito aqui importante a ser destacado é o “colonialismo”, de acordo com Henriques (2014) constatasse que os termos *colono* e *colónia* derivados da mesma matriz latina, são expressões que sofreram ressignificação ao longo do tempo. A autora Isabel Castro Henriques conceitua que:

Colónia define-se como um estabelecimento fundado por uma nação num território estrangeiro, mais longínquo que próximo, quase sempre habitado por populações culturalmente diferentes, (justificadas como) “menos evoluídas”, que fica na dependência do país ocupante, mais tarde designado de metrópole. Os termos colonização (o fato de povoar com colonos, de transformar em colónia, de explorar as colónias), colonizar (estabelecer colónia, habitar como

colono), e colonial (adjetivo relativo às colónias — expansão colonial, regime colonial, produtos coloniais, chapéu colonial) banalizam-se na segunda metade do século XVIII, dando conta sobretudo das situações coloniais americanas (HENRIQUES 2014 p.46-47).

Com a expansão europeia em África e com o passar do tempo estas concepções sofreram alterações, e os seus conteúdos/significados vão evoluindo de acordo com as conjunturas dos séculos seguintes. Em conformidade com Hernandez (2008), vimos que o processo de colonização em África segue a fase final de perda de soberania e se concentra entre 1870 e 1914. A autora destaca também que:

Tudo indica que o sistema colonial segue dois princípios fundamentais da doutrina colonial, sistematizados e codificados[...] o primeiro é que as colónias eram consideradas um recurso decisivo para as crises económicas dos países metropolitanos. O segundo princípio é que as colónias deveriam ser financeiramente autónomas (HERNANDEZ 2008 p. 95).

Atentando-se neste argumento é importante também ressaltar que com base em Hernandez (2008), observou-se então uma grande degradação dos reinos e impérios africanos, isso que foi uma das consequências da conferência de Berlim e da partilha de África. Todavia a Conferência de Berlim, realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, marcando a colaboração europeia na divisão territorial da África.

Esta conferência foi determinante para o processo de ocupação europeia, assim como também acarretou muitas consequências para os países africanos, visto que as potências europeias reuniram e decidiram o futuro do continente africano sem consultar nenhum rei ou líder africano, conseqüentemente deu-se a desestruturação dos reinos com a adoção de novos limites geográficos, marcando assim as áreas de influencias das potências.

Nesta senda, de acordo com Gilberto; Vizontini (2003) compreende-se então que a conferência de Berlim teve uma grande influência na formação dos países africanos, em decorrência na referida herança do tráfico e do colonialismo imperialista sobre as estruturas sociais do continente, bem como pela posição particular das metrópoles europeias e de suas ex-colónias africanas nas relações internacionais no pós-colonialismo, e da grande influência na constituição do nacionalismo.

Todavia, no período anterior à dominação colonial no território de Angola desenvolveram-se vários reinos e estados diferentes, compostos por membros de uma família etno-linguística, organizados em grupos diferentes, estas comunidades agrícolas

angolanas pré-coloniais tinham, no contexto de formas gerais de organização, diferenças em cada comunidade. Para uma melhor compreensão de como se deu as dinâmicas de organização nas demais comunidades e reinos de Angola assim como também o surgimento dos mesmos Wheeler; Péliasser (2011) apontam que:

[...] O reino de Cassanje, composto pelos imbangala, teve origem nos estados Lunda-Luba no Catanga e estabeleceu-se a norte e a leste do Cuanza, no vale do Cuango, entre 1540 e 1600, [...]. Desta zona vieram os povos jaga, que invadiram Angola na década de 1560. Nômadas, canibais e cruéis, os povos jaga atacaram o reino do Congo e do Ndongo e infiltraram-se em várias secções da Angola Central e Oriental. [...]. Em finais do século XIX, os povos da Lunda da Angola Oriental e do Catanga foram atacados por um povo rival, os quioco, Apesar de não terem desenvolvido uma monarquia forte e centralizada, a organização e a agressividade dos quioco influenciou profundamente o curso da história de Angola. [...] Entre 1500 e 1700, os povos ovimbundo deslocaram-se em vagas para Angola, do Norte e do Leste para o planalto de Benguela. A sua existência unificada como povo constituído por cerca de 22 reinos só ficou definida no século XVIII, [...] os cuanhama habitam a região árida a leste do rio Cunene, adjacente à fronteira meridional da África Ocidental. No início do século XIX, os cuanhama consolidaram um estado unificado sob o rei Aimbiri(1805?-54) (WHEELER; PÉLISSER 2011, p53-57).

Entretanto, segundo Zau (2002) vimos que é a partir do século XV e XVI que os reinos do Kongo e do Ndongo, recebem os primeiros contatos dos portugueses, estes chegaram, respectivamente, nos finais do século XV no tocante ao reino do Kongo e princípios do século XVI entre os rios Zaire e Dande, o Atlântico e o rio Kwango, a coroa portuguesa procurou pôr em prática uma política de contatos amigáveis, de intercâmbio cultural constituindo assim duas experiências distintas com os reinos do Kongo e do Ndongo, “A primeira expansão europeia, no século XV, legara aos portugueses faixas litorâneas em Angola e Moçambique, ilhas em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe”. (CHAGASTELLES 1998, p.31). Bem, embora marcados pelo proselitismo religioso. Estes primeiros contatos estabelecidos com os reinos foram de carácter rizados como amistosos.

De acordo com Wheeler; Péliasser (2011) ao contrário do reino do Kongo, os primeiros contatos da missão comandada por Paulo Dias de Novais, ao reino do Ndongo em 1560, não foram fáceis, conseqüentemente o chefe da missão e diversos companheiros, acabaram por ficar prisioneiros durante vários anos. Com o passar dos anos e a intensificação da presença europeia no continente africano, “capturar e vender escravos, foi o negócio em que se envolveram portugueses e africanos, em detrimento obviamente dos africanos, cujas terras não puderam fornecer às populações o alimento necessário, porque faltavam braços para cultivar a terra e estabilidade para governar” (ZAU 2002, p44).

A partir deste período as relações que os portugueses tinham com alguns reinos começaram a se extinguir, o domínio português na região de Angola desempenhava um papel esmagador e coercivo. “Em 1891, a forma atual de Angola tinha já sido delimitada por fronteiras, pelo que Portugal possuía um território com mais de 1,24 milhões de quilômetros quadrados. Em 1922 Portugal tinha salvaguardado a sua possessão por meio de investimentos coloniais[...]” (WHEELER; PÉLISSER 2011, p89).

Nos parágrafos que se seguem iremos debruçar sobre os “Movimentos independentistas de Angola” uma temática já antes abordada e discutida por vários autores tais, como Douglas Wheeler, René Péliissier, Alberto André Carvalho Francisco, Antônio Carlos Matias da Silva, entre outros.

Devido a fatores desumanos e cruéis tais como o racismo, trabalho forçado, ditadura, e muitos outros, protagonizados pelo governo português nas suas colônias africanas colaboraram para a criação de condições históricas que moldaram o clima social e político em Angola em 1961.

Com a inclusão dos cidadãos assimilados em alguns cargos de destaque nas colônias portuguesas, assim como também o direito ao ensino concedido a alguns colonos, de acordo com o autor Alberto André Carvalho Francisco(2013) observou-se que por falta de universidades nas colônias portuguesas, o aumento do número de estudantes, que deslocaram-se para Portugal, mediante a concepção de bolsas de estudos concedidas pelas missões religiosas, na sua maior parte protestantes, por organismos oficiais ou ainda graças a renda familiar.

Sendo assim este acontecimento da origem a um grande passo para criação das mentes revolucionarias e rebeldes angolanas. Visto que estes mesmos estudantes negros no exterior enfrentavam uma grande onda de racismo e preconceito, eram obrigados a criarem ambientes de convívio entre si, dando assim origem a pequenos grupos de estudo e debates políticos. Importante assim destacar que:

Agostinho Neto, Mario Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Lucio Lara, entre outros, estabelecem contato entre si, através de uma correspondência que se revelou regular, e na qual se pode ler seu pensamento político e principalmente o seu plano de ação. Este grupo tece no exterior a teia que vai juntando todos os pontos de uma grande rede que vai desembocar em África e a partir da qual se vai organizar todo o plano para a libertação total do país (FRANCISCO 2013, p.20).

Segundo Elizabeth Schmidt (2013) *apud* Bonacina e Serpa (2017) três organizações nacionalistas aglutinaram e dominaram a resistência armada em Angola. A primeira delas foi o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), fundado ainda em 1956, e liderado por Agostinho Neto (1922-1979). Em conformidade com Elizabeth Schmidt (2013), observamos que o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), grupo de orientação marxista, na sua constituição era formado essencialmente por setores urbanos, assimilados, mestiços e pela etnia Ovimbundu com o maior número populacional e regional, e estava localizado na área central-norte do país, incluindo a capital, Luanda. Todavia, foi, inicialmente, um movimento de luta pela independência de Angola, transformando-se num partido político após a Guerra de Independência de 1961 a 1974. Conquistou o poder em 1974/75, durante o processo de descolonização e saiu vencedor da Guerra Civil Angolana de 1975 a 2002, contra dois movimentos, partidos rivais, que serão citados posteriormente, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) tornou-se em um partido político Angolano, que governa o país desde sua independência de Portugal em 1975 até a atualidade.

Dando sequência de acordo com os autores Bonacina e Serpa (2017), constatou-se que o segundo maior movimento independentista angolano foi a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), foi estabelecida em 1962, e tinha como líder e fundador Holden Roberto (1923-2007), cunhado próximo de Joseph Desiré Mobutu (1930-1997), presidente do Zaire (atual República Democrática do Congo). Sua localização era no norte do país, na fronteira com o Zaire, e era majoritariamente rural, diferente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

No entanto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), foi um dos movimentos nacionalistas angolanos durante a guerra anticolonial de 1961 a 1974, juntamente com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). No processo de descolonização de Angola, em 1974/1975, bem como na Guerra Civil Angolana de 1975 a 2002, combateu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ao lado da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Desde 1991 é um partido político cuja importância tem vindo a diminuir drasticamente, em função dos seus fracos resultados nas eleições legislativas de 1992, 2008, 2012, assim como também em 2017.

Sendo assim, parafraseando a Elizabeth Schmidt (2013), vimos que o terceiro e último movimento de libertação nacional angolano é a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966, a partir de dissidentes da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) liderados por Jonas Savimbi (1934-2002). A base da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) era o sul do país. Este movimento político depois da guerra de independência, foi um dos maiores partidos políticos do país, tal como Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que foi o seu principal adversário na guerra civil após independência. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi o segundo maior movimento nacionalista, e é um dos atuais partidos de oposição em Angola, sendo atualmente também o maior partido de oposição do país. O partido também é conhecido pelo acrónimo "Galo Negro", em referência à figura de um galo na bandeira do partido. O seu líder histórico foi Jonas Savimbi (1934-2002), que liderou o movimento durante a luta pela libertação de Angola contra o regime colonialista, assim como também na guerra civil contra o Governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) até a sua morte em 2002.

7.1.0 APOIO EXTERNO AOS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTA

A segunda Guerra Mundial foi um dos principais impulsos para a criação dos movimentos independentistas de toda África, podemos observar que:

[...] Em 1945 estavam nítidos os dois polos de poder, detentores das armas e da técnica: Estados Unidos e União Soviética. Essas duas potências passaram a representar, através de suas ideias, o capitalismo, como sinónimo de democracia e liberdade, e o socialismo, como sinónimo de instrumento de luta pela libertação dos povos e classes historicamente oprimidas. (CANÊDO 1985, p. 47)

Após a segunda Guerra Mundial essa divisão de ideias iria gerar a Guerra Fria, envolvendo assim os dois blocos idealistas e materialistas formados pelas superpotências emergentes da Guerra. Para entendermos a Guerra Fria, precisamos realizar e analisar algumas discussões e concepções sobre o assunto, de acordo com Fenelon (1983) o termo Guerra Fria foi inventado pelo escritor, jornalista e comentarista político, Walter Lippmann utilizado no seu livro que discutia a situação internacional e que descrevia o clima de confronto entre as duas superpotências que se formaram depois do fim da Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos e União Soviética.

Segundo Biagi (2001) a Guerra Fria observou-se após a Segunda Guerra Mundial, no qual os Estados Unidos e União Soviética queriam disputar a hegemonia política, econômica e militar do mundo, gerando assim uma grande instabilidade ideológica no seio do quadro político mundial. O autor aponta também que:

Muitos dos pensadores ocidentais, engajados na luta contra a expansão do comunismo, tenderam a culpar necessariamente os soviéticos pela Guerra Fria. Muito deste direcionamento foi devido ao pensamento do embaixador norte-americano na União Soviética, George Kennan, que via a União Soviética como uma nação expansionista dedicada a destruir o capitalismo[...] (BIAGI 2001, p63).

Bem, este conflito que durante muito tempo, gerou uma forte tensão por parte das superpotências envolvidas, mas, em nenhum momento houve conflitos armados diretos entre a União Soviética e os Estados Unidos, ainda assim apesar da possibilidade permanente de um conflito entre ambos, porém, apesar de nunca ter ocorrido nenhum conflito armado entre as superpotências, isso não diminuí o facto de que este conflito ideológico se refletiu em um clima de hostilidade e de guerra no continente africano, devido as influências destas superpotências aos países emergentes. No caso de Angola a influência ideológica destas superpotências foi determinante para os partidos de libertação nacional, desencadeando assim um conflito armado entre os mesmos, um claro reflexo da imposição ideológica dos movimentos e das potências envolvidas.

De acordo com Henry Kissinger, analisando a Guerra Fria sob a ótica norte-americana o autor explana que:

Em nenhum outro período da sua história a América participou de um sistema de equilíbrio de poder. Antes das duas guerras mundiais, a América se beneficiara da operação de equilíbrio de poder sem estar envolvida em suas manobras e enquanto desfrutava do luxo de criticá-lo severamente ao seu bel-prazer. Durante a Guerra Fria, a América encontrava-se imersa em uma luta ideológica, política e estratégica com a União Soviética, na qual um mundo de duas potências funcionava de acordo com princípios bastante diferentes daqueles de um sistema de equilíbrio de poder. Em um mundo de duas potências, não pode haver nenhuma pretensão de que o conflito conduza ao bem comum; qualquer ganho para uma das partes representa uma perda para a outra (KISSINGER 1997, p17).

Este conflito repercutiu em todas esferas sócias, pois, cada bloco defendia uma ideologia diferente do outro, segundo Fenelon (1983) observasse que a União Soviética defendia a expansão do sistema socialista, que era baseado na economia planificada, partido único, igualdade social e falta de democracia. Já o bloco dos Estados Unidos defendia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Conflitos tensos que decorreram por um longo tempo

e mudaram o contexto social do mundo todo. “Quando o mundo menos esperava, depois de mais de 40 anos de confrontos, a Guerra Fria acabou. A década de 80 foi terrível para a União Soviética, pois, além do país ter sido atingido por uma fortíssima estagnação econômica, houve também uma estagnação tecnológica” (BIAGI 2001, p100). Este acontecimento se torna um marco desde então, e transforma a configuração de uma nova ordem mundial, iniciada pela reorganização das relações internacionais, que conseqüentemente afeta os países emergentes na África, visto que o apoio da União Soviética aos movimentos de libertação nacional deu um lugar de destaque a URSS durante a Guerra Fria.

De acordo com Paulo Fagundes Visentini observou-se que:

Entre 1975 e 1989, a presença da URSS e do bloco soviético teve grande importância na África Austral e no Chifre africano. O armamento soviético era de fácil manejo pelos africanos, e mesmo armas sofisticadas, como mísseis antiaéreos, foram fornecidas, criando uma geração de militares influenciada por sua estratégia. Também influenciou uma geração de dirigentes africanos como modelo econômico e político[...] (VISENTINI 2013, p187).

Conseqüentemente a Rússia depois da queda do bloco soviético, passou a adotar uma nova postura frente a África e ao mundo. Segundo Visentini (2013) nos seus últimos anos a União Soviética iniciou também uma prática semelhante a prática ocidental, a de intensificar a cessão de empréstimos a países subdesenvolvidos que a princípio, não tinham condições alguma de pagá-los, estes empréstimos que posteriormente viriam a ser cobrados.

De acordo com Canêdo (1985) os movimentos nacionalistas na África Negra apresentam muitos pontos em comum, tais como a luta pela libertação nacional, a emancipação e o reconhecimento político dos movimentos e entre outros, mas o que os singulariza é o facto de terem se desenvolvido de formas diferentes em sociedades sem uma devida formação nacional, pois, cada colonizador desempenhou um papel diferente diante destes movimentos. No caso de Angola o seu colonizador, Portugal, não quis abrir a mão da sua colônia principal ultramarina, devido ao grande investimento feito nesta colônia, e por ser um ponto de comércio estratégico.

Razão pela qual, a luta pela independência nesta e nas demais coloniais portuguesas, foram bastante devastadoras e duradoras. Desta forma de maneira geral, as três organizações que combatiam em simultâneo a presença dos portugueses em Angola,

nunca chegaram a trabalhar juntas, formando uma só força de oposição, devido à influência dos colaboradores externos, pelo contrário, combateram entre si, enfraquecendo, assim, alguma hipótese de saírem militarmente vitoriosos do conflito.

Desta forma com base em BONACINA; SERPA (2017) observou-se que cada movimento independentista de Angola recebia apoio externo. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), era uma organização da esquerda política, resultado da fusão do Partido da Luta Unida dos Povos de Angola (PLUA) e do Partido Comunista Angolano (PCA). Foi liderado por Agostinho Neto (1922-1979) desde a sua criação até a data da sua morte, secretariado por Viriato da Cruz e apoiado, pela superpotência União Soviética e por Cuba; ainda tentou apoio junto dos Estados Unidos da América (EUA). Mas sem sucesso visto que este já estava a ajudar a União das Populações de Angola (UPA), este movimento que em 1961, uniu-se a um outro grupo anticolonial, o Partido Democrático de Angola (PDA), juntos constituíram a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

De acordo com Silva (2018), podemos constatar que desde os primórdios de sua criação, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), buscou apoio dos países ligados à cultura capitalista, como África do Sul (sobe o julgo do regime do apartheid⁵) e os Estados Unidos da América (EUA), e estas relações criavam barreiras na unificação com os demais movimentos de libertação, pois os ideais políticos eram totalmente contraditórios. Todavia, segundo Felgas (1962), o FNLA tinha ligação privilegiada com os Estados Unidos da América (EUA), que lhe fornecia apoio financeiro anual e conselho técnico, inclusive com a presença de agentes nas suas bases. E é importante também ressaltar que em África a FNLA tinha o apoio da Tunísia e o suporte do Zaire.

Segundo Heywood (1972), após a sua formação em 1966, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), devido à falta de materiais, necessitando de apoios externos, virou-se para a China (comunista), uma vez que os outros grandes países, passíveis de apoiar uma guerrilha anticolonial em Angola, já tinham compromissos com os outros movimentos de libertação. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), estavam entrelaçados com as

⁵ O apartheid foi um regime de segregação racial implantado na África do Sul em 1948. Desta forma de acordo com Chanaiwa (2010), “no limiar da formalização do *apartheid*, a África Austral Caracterizava-se por uma política fundada na desigualdade, no racismo, na exploração e na repressão, assim como pela existência de uma minoria que se apoderava da riqueza e do poder em meio a uma massa de indigentes”. (CHANAIWA 2010, p.302)

superpotências. De um lado os Estados Unidos da América (EUA) apoiava o FNLA, e por outro lado a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que apoiava o MPLA. Entretanto, a UNITA que noutra hora, após a independência, irá aliar-se ao FNLA, que deixará de receber apoio da China e, posteriormente, se tornará aliado do EUA e da África do Sul.

7.2. CONSEQUÊNCIA DA INGERÊNCIA EXTERNA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Devido à forte resistência armada angolana na luta de libertação, e o golpe militar sofrido pelo império português, em abril de 1974, conhecido como a Revolução dos Cravos, onde militantes da esquerda derrubaram o regime ditador salazarista, foi o impulso para os objetivos das colônias portuguesas africanas.

Segundo os autores Bonacina e Serpa (2017) a derrubada do Estado Novo permitiu que, já em julho de 1974, o novo governo anunciasse a concessão das independências às colônias africanas, e rapidamente as negociações para o estabelecimento da independência em Angola se iniciam, levando à adoção, em 1975, do Acordo de Alvor. Portanto, Portugal adotou assim a posição de mediador afim de passar o poder de Angola para o futuro representante, infelizmente os movimentos de libertação entraram em choque, devido as influências ideológicas dos movimentos e a suas pretensões pelo poder.

Iniciava-se assim uma época devastadora, tão logo Angola conquistaria a independência, recaia em um conflito interno. De acordo com o autor António Costa Pinto:

Em fevereiro de 1975, os combatentes iniciaram-se em Luanda, curiosamente entre o MPLA e a sua cisão de Daniel Chipenda, abrindo um ciclo de guerras civis, com uma forte intervenção das duas superpotências e a participação direta de Zaire, de Cuba e da África do Sul. Nas palavras de um historiador de África, em 1975 “o conflito não era sobre a libertação, mas sobre quem iria herdar o bolo de uma colônia que se tinha tornado rica e de sucesso. (PINTO 2001, p.77)

Todavia de acordo com Vinis (1999), Rússia e Cuba suportavam o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que controlava a cidade de Luanda e uma área vizinha da capital do país. A África do Sul invadiu Angola em apoio a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Assim como também o Zaire (atual República Democrática do Congo) invadiu-a em apoio a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Parafraseando o autor, observamos que os Estados Unidos da

América (EUA), de uma forma direta forneceu ajuda extensiva tanto à UNITA como também para a FNLA. E concomitantemente o transporte aéreo de quantidades enormes de armas e soldados cubanos, organizado e mandado pelos soviéticos em outubro de 1975, mudou a situação dos conflitos no território todo, favorecendo o MPLA. As tropas sul-africanas e zairenses retiraram-se e o MPLA conseguiu formar um governo socialista unipartidário, que conseguiu obter grande reconhecimento diplomático, embora não dos EUA nem da África do Sul.

Entretanto, a guerra civil em Angola prolongou-se por muitos anos, e devido a este cenário o país ficou completamente danificado e desestruturado. No entanto, como já se viu o processo de independência de Angola foi muito complexo e brusco, devido a fatores internos como a falta de consenso dos movimentos de libertação, e também pela ingerência externa, advinda da polaridade da “guerra fria”, por questões ideológicas e pelo interesse das potências econômicas em razão da posição geográfica desse país e dos recursos minerais.

Todavia esta pesquisa possibilitará a compreensão do impacto causado pela União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pelo Estados Unidos da América (EUA) no processo de independência de Angola, destacando que o apoio material e militar das superpotências foi decisivo para emancipação dos movimentos de libertação nacional (MPLA; FNLA; UNITA). Sendo assim, cabe salientar também as consequências advindas das ideologias destas superpotências nos movimentos de libertação nacional. Evidenciando assim o apoio da URSS ao Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) que defendia o socialismo como um sistema centralizado de poder, e por outro lado os EUA que apoiava a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) defendendo a ideologia capitalista.

Logo, conseqüentemente destacamos que este apoio esteve entrelaçado por meio de relações materiais às superpotências, assim como também África do Sul (sobe o julgo do regime do apartheid), aliada da UNITA, e a Cuba entrelaçada com o MPLA, serviram de grande apoio para os movimentos de libertação, fornecendo assim armamentos de guerra, força militar e treinamento tático militar. No entanto, frisamos também as consequências advindas destas relações de interesse, já que o apoio das superpotências teve um papel de destaque e de influência. A ingerência oriunda das superpotências aos movimentos de libertação fez com que, tão logo se alcançasse a independência, os

movimentos de libertação mergulhassem em um conflito armado entre si. Consequência das ideologias das potências que lhes apoiaram e também pela luta do poder.

Respondendo assim a problemática proposta, este projeto de pesquisa assume um papel muito importante podendo assim fornecer e dar origem a outros trabalhos de pesquisas relacionados a esta temática, assim como também dar sucessão a este embalsamento teórico propondo novos tópicos e objetivos relacionados ao processo de independência de Angola.

8. METODOLOGIA

O presente projeto terá uma abordagem interdisciplinar, privilegiando as abordagens de História, Antropologia, Sociologia e das Relações Internacionais. De acordo com o autor Gaudêncio Frigotto podemos compreender que:

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento no campo das ciências sociais e no campo educativo que se desenvolve no seu bojo, não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata. Decorre da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social. (FRIGOTTO 2008, p.43)

Deste modo parafraseando o autor constata-se que a primordialidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento respalda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, como necessidade imperativa na construção do conhecimento social e acadêmico.

Para elaboração deste trabalho será utilizado o método qualitativo, no qual realizaremos uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de apurar as informações e descrever a interferência externa aos movimentos independentistas de Angola. Estes dados passaram por um processo de análise e interpretação. Com base neste argumento segundo Goldenberg (2004) essa modalidade de pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado. Sendo assim, faremos o uso das nossas bibliotecas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como fonte de informação, assim como também usaremos alguns materiais acadêmicos singulares, como livros, artigos, dissertações, que abordam sobre o tema pesquisado, Assim como também documentários encontrados no Youtube tais como a entrevista da DPPS, feita pelo jornalista português Adelino Gomes realizada meses antes da independência de Angola, aos líderes dos movimentos de libertação.

O seu método é qualitativo, de acordo com Severino (2007), quando “a pesquisa documental, tem como fontes documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO 2007, p. 122). Sendo assim a fim de analisar e compreender o Impacto da Ingerência no Processo de Independência de Angola, para a realização do mesmo será necessário também análise de Registros de

Documentos Históricos tais como a revista norte-americana de Estudos Africanos Modernos (*Journal of Modern African Studies*), criada em 1963 com o objetivo de cobrir o desenvolvimento na política e nas sociedades africanas.

Com base nos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação e de acordo com Goldenberg (2004), nesta perspectiva, na qual o objeto das ciências sociais deve ser estudado tal qual o das ciências físicas, a pesquisa é uma atividade neutra e objetiva, que busca descobrir regularidades ou leis, em que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. Entretanto, esta pesquisa também será elaborada com base em métodos qualitativos.

Pois, será utilizada a subjetividade do autor, sou de origem angolana e as minhas experiências, possibilitaram a elaboração deste projeto e servirão para compreensão da realidade de Angola. Que ainda hoje é influenciada pela ingerência externa e pelas discussões políticas envolvendo partidos vinculados aos movimentos de libertação. A subjetividade é a realidade conforme Gaudêncio Frigotto (2008) é importante para o exercício interdisciplinar, assim como “a interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e de outro pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico” (FRIGOTTO 2008, p.47). Sendo assim, para os objetivos da pesquisa também serão analisados relatórios documentais que retratam sobre Independência de Angola; e A Guerra Civil em Angola, além da interpretação do pesquisador. Neste projeto de pesquisa, acrescentaremos o método descritivo, afim de interpretar e descrever informações de artigos de revistas.

Por ser um projeto de conclusão de curso em Humanidades optou-se por este método e fontes. Futuramente, pretendesse contatar pessoas mais velhas que vivenciaram os processos pesquisados e que atualmente vivem em Angola. Para isso, será utilizado o método qualitativo de história oral. Afim de recolher testemunhos orais, e contribuir de forma direta na pesquisa.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIAGI, O. L. O IMAGINÁRIO DA GUERRA FRIA. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 1, p. 62-112, setembro 2001.

BOAHEN, A. A. O colonialismo na África: impacto e significação. In: UNESCO **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VII África sob dominação colonial**. 2^a. ed. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 30, p. 919-950.

BONACINA, A.; SERPA, R. **A Revolução Angolana e seu Impacto Internacional**. REVISTA PERSPECTIVA, Rio Grande do Sul, p. 132-143, 2017.

CASCUDO, F. L. D. C. **Descolonização - 'ANGOLA - A GUERRA DOS TRAÍDOS'**. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Livros Ultramar, v. I, 1979.

CASTELLANO, I. **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estados e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA-UFRGS, 2017.

CANÊDO, L. B. **A Descolonização da Ásia e da África**. 14^a. ed. São Paulo: Saraiva S.A. Livreiros Editores, 2009.

CHAGASTELLES, T. **A partilha da África e os espaços coloniais**. Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre, Porto Alegre, p. 29-49, 1998.

CHANAIWA, D. A África Austral. In: UNESCO **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII África desde 1935**. Brasília: [s.n.], 2010. Cap. 10, p. 295-334.

FELGAS, H. **Guerra em Angola**. 2^aed. Lisboa: Livraria Clássica, 1962.

FENELON, D. R. **A Guerra Fria**. Coleção “Tudo é História”, n. 64, São Paulo, Brasiliense, 1983.

FRANCISCO, A. A. C. **A política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975-1992)**. 2013. 129 f. Trabalho de Conclusão de curso (Tese de Mestrado). Curso Relações Internacionais, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2013.

FRIGOTTO, G. A Interdisciplinaridade Como Necessidade e Como Problema nas Ciências Sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Iguazu, v. X, p. 41-62, 2008.

GILBERTO, P.; VIZENTINI, F. África: relações internacionais e construção do estado-nação. In: _____ **Ciências e Letras: O mundo Afro-Asiático**. Porto Alegre: Jane Beatriz Batista, 2003. Cap. II, p. 89-117.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2004.

GOMES, A. Independência de Angola. **angolaturismo com ymile**, 05 Agosto 1975. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0kdFE2HH7ac>>. Acesso em: 16 janeiro 2020.

HENRIQUES, I. C. Colônia, colonização, colonial e colonialismo. In: SCHLABITZ, R. O. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. 1ª. ed. Salvador: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, v. I, 2014. Cap. 2, p. 45-58.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: Visita à História Contemporânea**. 4ª. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HEYWOOD, M. L. «**UNITA and ethnic nationalism**». *Journal of Modern African Studies* (em inglês) Nova York: 47-60, 1972.

Ingerência in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-03-26 08:09:13]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ingerencia>

KISSINGER, H. **Diplomacia**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.

LIMA, B. D. C. D. M. **Entre Ruanda e Kosovo: A Política Externa dos Estados Unidos e a Questão do Direito de Ingerência**, Rio de Janeiro, 22 Fevereiro 2008. 12-188.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. 2ª. ed. Campinas, SP: F.E/UNICAMP, 2011.

EDITORIAL, Q. Editorial QueConceito.. **QueConceito**, 2005. Disponível em: <<https://queconceito.com.br/grupos-etnicos>>. Acesso em: 20 Dezembro 2019.

PINTO, A. C. **O Fim do Império Português**. 1ª. ed. Lisboa: Livros Horizonte, LDA, 2001.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth**. 2^a. ed. São Paulo: Fundação: UNESP, 1997

SCHMIDT, E. **Intervenção estrangeira na África: Da Guerra Fria à Guerra ao Terror** Nova Iorque: Cambridge, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Ver e atual, São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. C. M. D. **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil**. NEARI EM REVISTA, Recife - PE, p. 1-15, 2018. ISSN ISSN: 2447-2646.

SURET-CANALE, J.; BOAHEN, A. A. A África ocidental. In: UNESCO **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII África desde 1935**. 2^a. ed. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 7, p. 191-228.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: UNESCO **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VII África sob dominação colonial**. 2^a. ed. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2, p. 21-50.

VANSINA, J. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: UNESCO **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • IV África do século XII ao XVI**. 2^a. ed. Brasília : [s.n.], v. IV, 2010. Cap. 22, p. 559-591.

VINES, A. **Angola Explicada: Ascensão e Queda do Processo de Paz de Lusaka**. Human Rights Watch. Nova Iorque. 1999. (ISBN: 1-56432-246-7).

VISENTINI, P. F. **A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou Cooperação Sul-Sul**. 1. ed. Porto Alegre, RS. Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, P. G. F.; TEIXEIRA, L. D. R.; PEREIRA, A. D. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

WIKIPÉDIA, C. D. Lista de países por data de independência ou criação. **Wikipédia, a enciclopédia livre**, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_pa%C3%ADses_por_data_de_independ%C3%A2ncia_ou_cria%C3%A7%C3%A3o&oldid=56923218>. Acesso em: 10 Dezembro 2019.

WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. 1^a. ed. Rua João de Freitas Branco, 35A, 1500-627 Lisboa: Tinta-da-China, Lda, 2011.

ZAU, F. **ANGOLA: TRILHOS PARA O DESENVOLVIMENTO**. 1^a. ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.